

A Epistemologia do Campo Aberto e o Organizar das Práticas de Espaço

Ana Silvia Rocha Ipiranga (UECE) - anasilviaipi@uol.com.br

Luma Louise Sousa Lopes (UECE) - lumalouise@gmail.com

Resumo:

Neste ensaio colocamos em discussão a ontoepistemologia de processos de Robert Cooper, articulando-a às contribuições e proposições de Theodore R. Schatzki e Michel de Certeau para refletir sobre a ideia das práticas organizadoras de espaços no campo dos Estudos Organizacionais. Em um primeiro momento, delimitamos o contexto precursor resgatando brevemente os principais pontos do método weberiano da compreensão empática e suas relações com a análise da experiência vivida. Após, e segundo Cooper (1976), articulamos a questão do campo aberto (open field), enfatizando o modo de uso em nossa vida diária da ação organizada (organizing action). Em seguida, consideramos as abordagens da virada prática (practice turn), iluminando as dimensões relacionadas às práticas de espaço segundo Schatzki (2002) e Certeau (2008). Por fim, sugerimos a ideia do organizar das práticas de espaço enquanto processos abertos, finalizando com as contribuições para os Estudos Organizacionais.

Palavras-chave: *Processo; Prática; Espaço; Campo aberto, Organizações.*

Área temática: *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

Introdução

Até onde tem ido nossa forma de compreender as organizações? Essa certamente é uma inquietação de muitos pesquisadores. A busca por um entendimento ampliado a respeito das organizações tem movimentado as pesquisas. Contudo, esse é um debate que está longe de ser esgotado dada sua profundidade e complexidade. Da profusão de teorias que são estabelecidas a respeito, em muitos anos de pesquisa, aqui queremos tomar como fio condutor da nossa discussão o debate a respeito das visões ontoepistemológicas que conduzem a forma como nós entendemos e discutimos as organizações.

O cerne desse debate tem suas raízes nas crises representacionais dos anos 80. Foi nesse momento de autorreflexão e autocrítica que parte do corpo de pesquisadores da ciência da Administração começou a se mostrar amigável a novas formas de entender as organizações, bem como apreender e divulgar o conhecimento sobre elas (COOPER; BURRELL, 1988; CHIA, 1995). Nesse contexto, os teóricos realizaram uma busca por compreender como as organizações acontecem a partir de novas lentes que fossem além da lógica funcional até então proposta.

Assim, foram colocadas à mesa novas ideias que até hoje refletem e impactam o campo dos Estudos Organizacionais. Tais ideias questionam o imperativo objetivista que até então era utilizado nas abordagens organizacionais. Quanto mais objetivo, impessoal, divisível e simplificada fosse a organização, mais fácil seria compreendê-la. Isso tudo de forma alheia aos sujeitos (materiais e imateriais) que – em tese – deveriam estar nela inseridos. Assim, a lógica funcional foi durante muito tempo aquela que pautou a busca pelo entendimento das organizações a partir de uma ontoepistemologia que separa sujeito e objeto.

Contudo, essa lógica apresenta limitações quanto ao seu uso nos Estudos Organizacionais. Tais limitações se devem à impossibilidade de compreender fenômenos que se estendem para além da objetividade, justamente por pressupor uma redução, simplificação e consequente dominação daquilo que se estuda.

Nesse momento de reflexão acontecido a partir dos anos 80, começamos então a contemplar o nascimento de uma alternativa a essa visão. Uma compreensão das organizações pautada não em uma estrutura fixa, rígida e formal, mas sim em uma entidade que é indivisível e está em um constante movimento de transformação. Assim, a subjetividade passou a figurar como uma lente válida para estabelecer um entendimento sobre as organizações. Tal raciocínio, conhecido como pós-moderno, coloca como pressuposto ontoepistemológico as organizações enquanto algo volátil, efêmero, multifacetado e em constante construção. Essa lógica não cabe

dentro do engessamento proposto pela modernidade (COOPER; BURRELL, 1988; CHIA, 1995).

Max Weber foi um dos precursores dessa mudança de perspectivas. Burrell e Morgan (1979) afirmam que a noção de compreensão (*verstehen*) da sociologia weberiana teve um significativo impacto ao construir pontes entre o idealismo e o positivismo. Weber foi um “sociólogo da regulação” que buscou equilibrar esta divergência ao enfatizar a importância dos significados subjetivos, ao mesmo tempo em que indicou os limites dos fatores subjetivos na análise social (BURRELL; MORGAN, 1979 p. 231). Nesse sentido, Ringer (2004) e Maffesoli (1985) retomam o significado “esquecido” da compreensão empática no arcabouço weberiano ao enfatizar que o tripé constituído pela experiência, o coletivo e o vivido pode ter apreciáveis consequências para a renovação metodológica.

Já no final dos anos 70 encontramos o trabalho de Robert Cooper, *The Open Field* (1976), no qual o autor expõe a ontoepistemologia de processos como um caminho para o desenvolvimento de uma ação criativa. Para tanto, o autor discute a noção de “campo aberto” enquanto um contexto ampliado do qual emergem os processos que dão vida a essa ação. Nesse sentido, Cooper (1976) propôs reposicionar a teoria da organização, deslocando-a através do campo social mais amplo, dando-lhe um contexto interpretativo significativamente diferente no qual o comportamento racional-instrumental estaria sujeito as forças sociais ou interativas.

Para Cooper (1976) um dos pontos principais do campo (*field*) é o modo de uso, envolvendo os conceitos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*) (COOPER; FOX, 1990). O modo de uso é o que faz com que as ideias se movam entre fronteiras distintas, estando permeáveis aos objetos e dinâmicas existentes no cotidiano. O autor ao se questionar como acontece a dinâmica desse uso, releva que a metodologia dessa prática está baseada em como nós nos organizamos em nossa vida diária (COOPER, 1976 p. 1011 -1012).

Mais recentemente e com este reposicionamento da teoria das organizações através do campo social mais amplo, Theodore Schatzki (2002) e Michel de Certeau (2008) são dois dos autores proeminentes da virada prática (*practice turn*) que comumente vêm sendo citados nos Estudos Organizacionais no Brasil (e.g. SANTOS; ALCADIPANI, 2010; CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; MARINS; IPIRANGA, 2015).

Schatzki (2002) enfatiza alguns pontos correlatos a esta discussão, entre estes, o caráter “aberto” das práticas (*practices are open*) ao se organizarem como nexos de ações. Relevam-se ainda as conotações espaciais que o autor atribui a expressão “contexto”, enquanto lugar e localização (*spatial site*). Os espaços onde as coisas existem e os eventos acontecem configurando redes de práticas-arranjos (SCHATZKI, 2002).

A compreensão das ações organizativas pelas práticas de espaço constituintes do cotidiano também foi abordada por Michel de Certeau. O autor se interroga sobre os alicerces da atividade científica em Administração de Empresas ao se referir a distância e a clivagem entre o estudo das práticas efetivas cotidianas e os campos próprios elegidos para análise dessa disciplina. Certeau (2008) põe ênfase nas “maneiras de fazer”, os modos táticos de proceder da criatividade cotidiana que constituem as práticas, pelas quais os usuários se (re) apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2008). Para Certeau (2008 p. 184) “o espaço é um lugar praticado”.

A pesquisa de Cavalcanti (2015) pretendeu examinar a contribuição teórica dos trabalhos de Cooper aos Estudos Organizacionais. A autora alegou que no Brasil os escritos de Cooper foram subutilizados, mas que a visão processual das organizações proposta por ele pode servir de base para enriquecer discussões de várias temáticas. O trabalho de Silva e Toledo (2016) se propõe a discutir a proposta ontológica de Cooper para o estudo das teorias administrativas. Ao final da proposta, os autores sugerem que as organizações passem a ser concebidas como um acontecimento, ou seja, um processo. Já Duarte e Alcadipani (2016) também levantam uma proposta de um novo olhar para as organizações a partir da ideia de processos, que remetem a noção de organizar.

O presente ensaio pretende dá continuidade a estas discussões acerca da questão ontoepistemológica do campo aberto (*open field*) (COOPER, 1976), avançando na construção desse conhecimento ao articulá-la às contribuições e proposições de Schatzki, (2002) e Certeau (2008) relacionadas a ideia das práticas organizadoras de espaços no cotidiano.

A seguir, nos próximos itens, se delimita o contexto precursor expondo brevemente os principais pontos do método weberiano da compreensão empática ao enfatizar o tripé constituído pela experiência, o coletivo e o vivido. Após, se discute a ontoepistemologia de processos segundo Cooper (1976), referenciando o campo aberto (*open field*), o modo de uso e a metodologia de como essa prática se organiza em nossa vida diária. Em seguida se apresenta a questão das práticas de espaço segundo Schatzki (2002; 2006; 2015) e Certeau (2008) para articular a ideia do organizar das práticas de espaço cotidianas enquanto processos abertos. Finaliza-se o ensaio com as contribuições para os Estudos Organizacionais.

Da compreensão aos processos: o resgate da empatia

Ringer (2004) coloca que um dos grandes feitos de Max Weber foi a integração de duas perspectivas divergentes que vinham dividindo teóricos das ciências históricas, sociais e culturais desde o século XIX. Esta discussão está referida nos ensaios metodológicos de Max

Weber (1979; 2012) que ficaram conhecidos por esta proposta de unificação entre as duas linhas analíticas “interpretativa” e “explicativa”, sendo a primeira dominante na abordagem weberiana. Nos termos dessa tradição, a principal tarefa do historiador ou teórico da cultura é a compreensão (*verstehen*) “hermenêutica” ou interpretativa dos “significados” humanos (RINGER, 2004 p. 13).

Nesse contexto, Weber retomou o conceito idealista de *Bildung* com objetivo de elucidar este modelo de interpretação baseado no princípio de empatia que postulava que os historiadores se colocassem no lugar dos agentes históricos que procuravam compreender. Os atos históricos devem ser compreendidos com base nas intenções e crenças dos agentes e não explicados a partir de instâncias causais (RINGER, 2004).

O *Bildung* refletia a questão da educação advinda do século XVIII cunhada pelo Idealismo Alemão. *Bildung* configura um conceito que gera movimento (*bewegungsbegriffe*), que, ao mesmo tempo, são parte de uma conjuntura sócio-cultural e forças de transformação no desenvolvimento da mesma (PEUKERT, 2002). Por outro lado, e segundo Ringer (2004 p.20), o significado da *Bildung* weberiano poderia ser entendido num sentido metafórico e não como um processo de reprodução de empatia que não pode ser validado.

Weber (2012 p. 4) era particularmente cauteloso quanto ao papel da empatia “não é preciso ser César para compreender César”. A possibilidade de “reviver” uma ação é importante para a evidência da compreensão, mas não é condição absoluta para a compreensão do sentido. A compreensão de uma relação de significados deve ser aferida com os métodos usuais da análise causal (WEBER, 2012). E nesses termos, a compreensão (*verstehen*) foi definida por Weber (2008) como a interpretação do significado ou complexo de significados efetivamente intencionais num caso particular.

Segundo Ringer (2004) ao mesmo tempo que sempre considerou a interpretação como um elemento de análise causal, ressaltando a necessidade de uma “explicação interpretativa”, Weber também sempre enfatizou o papel da interpretação (*deuten*) e da compreensão interpretativa (*verstehen*) para caracterizar o seu programa metodológico. Apesar de reconhecer o papel da psicologia do senso comum naquilo que costumava chamar de compreensão empática, Weber resistia e raramente referiu-se a compreensão empática (*verstehende Soziologie*).

Contudo, Weber (1979; 2012) também enfatizou as fronteiras indistintas entre os processos resultantes das ações racionais e das ações intuitivas, apesar de atribuir um papel vital à racionalidade intencional. Ringer (2004) relembra que entre os anos 1917 e 1919 e baseado nas interpretações de Wilhelm Dilthey acerca do caráter não-construído e integral da

experiência pré-teórica vivida, Weber também colocou em discussão a busca do conhecimento intuitivo, da inspiração e da experiência vital (*erleben*) no contexto das pesquisas e dos negócios. Para o sociólogo, a interpretação baseada no modelo da racionalidade é um instrumento estratégico e não um fim último da sociologia. E nesse sentido, a sociologia não é inerentemente racionalista, sendo este racionalismo exclusivamente heurístico (RINGER, 2004).

A partir da abordagem do “tipo ideal”, a ênfase na teoria da interpretação weberiana recai no papel tático atribuído aos desvios interpretativos observados em relação à racionalidade intencional. O tipo-ideal é deliberadamente construído para projetar o curso da ação que se seguiria da racionalidade intencional, estabelecendo a divergência entre ela e a efetiva progressão das ações, possibilitando a atribuição causal do desvio às irracionalidades que a determinam. A abordagem do tipo-ideal tem três funções: primeiro indica as etapas do processo de interpretação. Em segundo, possibilita aos interpretes articular as relações de significados que de acordo com eles estariam envolvidas nas ações. E, por último, enfatiza o papel ativo do investigador na interpretação das ações, com efeitos relacionados, mesmo que remotamente, com o ideal alemão do *Bildung* (RINGER, 2004 p.122).

Para Burrell e Morgan (1979) o método da compreensão assimilado ao esquema de análise do tipo-ideal possibilita a ordenação e explicação dos significados da ação humana. Para estes autores, Weber pode ser visto como um “sociólogo da regulação”, pois, suas ideias contribuíram para a fundação do paradigma interpretativista, reconciliando as potenciais divergências entre o idealismo e o positivismo (BURELL; MORGAN, 1979 p. 229-231).

Meffesoli (1985) coaduna quando afirma que a atitude compreensiva de Weber não se satisfaz com o causalismo excessivo em relação ao objeto, do mesmo modo que rejeita um intuicionismo sumário. E nesse sentido o projeto compreensivo pode figurar como um divisor de águas capaz de unir, ainda que com risco, as experiências e situações que constituem a polidimensionalidade do vivido (MAFFESOLI, 1985 p. 218).

Nos Estudos Organizacionais, a abordagem da compreensão e o resgate da compreensão empática vem sendo retomada por alguns autores, entre estes, Strati (1992; 2007) como uma das bases para o estudo de temáticas emergentes como, por exemplo, a estética na vida das organizações.

O mundo vivido, a simpatia social (SCHELER, 1986) ou a empatia traduzem, em uma maneira mais ou menos intuitiva, a experiência vivida coletivamente. Nesse sentido, o resgate da empatia e do senso comum é preconizado por Maffesoli (1985 p. 23) ao referir ao movimento pendular entre o “farejador social” atento ao instituinte, ao subterrâneo, e as taxinomias que

classificam as formas ou as situações instituídas e oficiais. O tripé constituído pela experiência, o coletivo e vivido pode ter apreciáveis consequências para a renovação metodológica. E nesse contexto, Maffesoli (1985 p.33) sugere uma “sociologia aberta” apta a integrar saberes especializados num conhecimento plural.

Considerando estas discussões desenvolvidas por Maffesoli (1985) de uma possível “sociologia aberta”, no próximo item abordaremos como estas discussões alcançaram os Estudos Organizacionais, trazendo para o debate a proposição de “campo aberto” no contexto de uma ontoepistemologia de processos segundo Cooper (1976; 1986).

O campo aberto: Por uma ontoepistemologia de processo

No final da década de 80, as ciências sociais passaram por um momento de reflexão crítica. O tema central do embate era o entendimento da natureza do objeto de análise organizacional, ou seja, as organizações. Até então, a visão válida era de que o homem e seu pensamento racional ocupam papel central. Assim, as organizações eram vistas como símbolos da ordem e da dominação exercida pelo homem.

Esta perspectiva moderna encarava as organizações como um sistema de coisas estáveis que subordina à lógica burocrática às suas necessidades (CHIA, 1995; 2004; COOPER; BURREL, 1988). O entendimento de que as organizações são um instrumento estável de produção não permitia outras concepções. Assim, dentro da lógica modernista, as organizações foram estabelecidas enquanto um metadiscorso prático e controlador que reflete imagens de si mesma.

Fazendo um contraponto, a racionalidade centrada no homem começou a ser rejeitada de forma crítica (COOPER; BURREL, 1988). Assim, temos a emergência da lógica pós-moderna, onde a estabilidade é substituída pelos fluxos de transformação e o foco central de análise deixa de ser a organização, mas sim seus epifenômenos de constituição, que ocorrem em um nível mais aprofundado, a partir das interações entre as várias dimensões que compõem a entidade organização. O estudo das organizações deve ser entendido em termos amplos, como parte da inexorável racionalização e organização da vida social. Nesses termos os pontos fundamentais estão relacionados com as bases assumidas acerca da natureza da realidade social e da sua construção (ontologia) e com a criação do conhecimento (epistemologia) (CHIA, 1995; 1998; COOPER; BURREL, 1988).

Cooper (1976, p. 1010) fez uma crítica à natureza do objeto de estudo das ciências sociais, afirmando que “[...] somos escravos de uma epistemologia que separa o conhecedor do conhecimento, a velha divisão sujeito-objeto sistematizada e promulgada por Platão em seu

falho programa de fazer o homem autônomo”. E nesses termos, Chia (1995) ao discutir a abordagem de Cooper, apresenta o pós-modernismo como um estilo de pensamento que difere do modernismo de forma ontológica e, conseqüentemente, epistemológica, no sentido de que a teoria da vida social e a teoria do conhecimento são processos circulares e inseparáveis (CHIA, 1998). A lente pós-moderna busca apreender as organizações enquanto um constante deslocamento de fazeres, responsável pelo organizar da entidade. Assim, seu foco de análise se desloca da instituição para os processos que a constituem. Dessa forma, as organizações não apenas “são”, mas passam a um status de “sendo”, ou seja, processos que são constituídos por um movimento em constante transformação.

Com base nessa reflexão, Cooper (1976) concebe a ideia de organizações como um campo aberto (*open field*), enquanto fluxos de transformação por meio da lógica processual. Esse movimento é a força capaz de criar, transformar e modificar esta organização, mediando esses eventos entre as fronteiras das práticas da vida social.

Em seus escritos (e.g. COOPER, 1976, COOPER; BURREL, 1988) visualizamos a lógica da desconstrução proposta por Cooper ao estabelecer que não existem estruturas fixas, mas sim movimentos de construção entre os elementos formadores das organizações. Entre tais formadores elencamos os próprios sujeitos que agora assumem papel de pertença a esse fluxo de transformação. Esse movimento de desconstrução e acontecimento organizacional só é possível dada a ausência de fronteiras rígidas entre esses elementos. Pelo contrário, passamos a contemplar fronteiras flexíveis e reorganizáveis onde as organizações de fato acontecem (SCHATZKI, 2006).

Assim, em seu trabalho seminal para a ontologia processual, Cooper (1976) problematiza a visão das organizações enquanto estruturas fechadas. As estruturas seriam a parte inflexível entre os elos de ligação de um sistema. Essa rigidez nos relacionamentos entre essas partes traz consigo a noção de estabilidade, em uma tentativa de organizar a complexidade dos sistemas que formam a organização. Tal estabilidade tinha como objetivo manter a ordem dominante dentro do sistema social onde a organizações configuram como um instrumento de produção. A estrutura, então, não viabilizaria um contexto propício à criatividade e expressão da ação humana que, segundo Cooper (1976) deveria ser a base para a construção da ação.

Dessa forma, a ontoepistemologia de processos proposta pelo autor questiona a realidade por meio da reconstituição das estruturas fechadas e sua transformação em campos abertos. Isso fundamenta, segundo Cooper (1976), a criatividade e a expressividade, contradizendo o *mainstream* da teoria organizacional que espera causalidade e ordenação. Assim, por meio da abordagem processual é possível compreender para além do que está dado.

Destarte, a ontoepistemologia de processo figura como uma lente para estudo da ação humana. Pontuamos que é preciso considerar a ação humana em termos difusos para tornar possível uma compreensão processual da realidade. Isso desemboca na necessidade de pensar as organizações como um campo não delimitado em si mesmo, mas um território de fronteiras abertas onde epifenômenos se desenrolam e dão origem ao que percebemos como organização.

Nesses termos, e para fins deste ensaio, acentuamos que Cooper (1976) enfatiza a questão do modo de uso como um dos pontos importantes do campo aberto, envolvendo os conceitos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*) (COOPER; FOX, 1990). O modo de uso é o que faz com que as ideias se movam entre fronteiras distintas, estando permeáveis aos objetos e dinâmicas existentes no cotidiano. O autor ao se questionar como acontece a dinâmica desse uso, releva que a metodologia dessa prática está baseada em como nós nos organizamos em nossa vida diária (COOPER, 1976 p. 1011 -1012).

E assim, Cooper e Fox (1990) refletem sobre como pensar a organização enquanto processos em termos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*). A textura e a contextura resistem a uma definição operacional, pois, tratam de uma qualidade tácita do campo de ação social, indo além do alcance explícito em relação à compreensão da ação instrumental. A contextura interpenetra e corta através das fronteiras organizacionais de tal forma que “a organização” se dissolve como um sistema distinto (COOPER, 1999 p. 581). Nesse sentido, a contextura representa o descentrar das organizações como objetos de estudo, iluminando as indeterminações e contradições intrínsecas às ações organizacionais.

Nesse deslocamento de foco da metodologia tradicional, a contextura da organização aparece como um local agonístico, de luta e do monopólio de certos domínios da realidade e do discurso. Em suma, para Cooper e Fox (1990) a ação organizada (*organizing action*) está focada no “texto da textura” (*the 'text' of texture*) e não em alguma meta pré-estabelecida. As organizações devem, portanto, serem vistas como ‘ambientes’ (*environments*) para a ação organizada que emergem continuamente fora dos recalcitrantes campos sociais, sendo estes simplesmente a base que nos permitem imaginar o fluxo contínuo de interações sociais.

Estas questões nos influenciaram na busca por outras lentes para discutir as organizações. Entre estas, citamos os estudos envolvidos na assim chamada virada prática (*practice turn*), sobretudo, as contribuições e proposições de Schatzki (2002) e Certeau (2008) relativas à ideia do organizar das práticas de espaço, discussões estas que serão apresentadas a seguir.

A virada da prática e o organizar das práticas de espaço: a abordagem de Theodor R. Schatzki e Michel de Certeau

A noção de prática tem alterado a forma como as organizações vêm sendo conhecidas. Durante as últimas décadas as ideias de Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens a respeito das práticas ganharam espaço e chamaram a atenção de vários teóricos organizacionais (e.g. BROWN; DUGUID, 1991; GHERARDI, 2000; ORLIKOWSKI, 2000) e, com isso, produziram certo impacto na elaboração de abordagens baseadas em prática, especialmente nos Estudos Organizacionais.

Um longo caminho foi percorrido até ser possível a identificação de um corpo de estudos coeso sobre prática que mais tarde seria denominado Estudos Baseados em Prática. Seu ponto de partida esteve fundamentado nas contribuições de alguns filósofos e correntes de pesquisa como a tradição marxista, a fenomenologia de Heidegger, a corrente do interacionismo simbólico e o legado de Wittgenstein (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Contudo foi no movimento denominado virada prática (*practice turn*) que a corrente conseguiu despontar com mais vigor nos Estudos Organizacionais.

Entre um dos expoentes do *practice turn*, citamos Schatzki (2001; 2002; 2006; 2012; 2015). O autor caracteriza as práticas como conjuntos abertos (*open sets*) de “ditos” (*sayings*) e “feitos” (*doings*), enquanto ações não padronizadas, que evoluem temporalmente. Estes conjuntos abertos de ditos e os feitos são organizados pelas práticas relacionadas aos “entendimentos” (*understandings*) sobre essas ações, por meio das “regras” (*rules*) que são repassadas aos praticantes e pelas “estruturas teleoafetivas” (*teleoaffective structure*) que se constituem como uma matriz de elementos diversos (formas de fazer, objetivos a serem alcançados, emoções, entre outros). O campo das práticas envolve a totalidade dos nexos de interconexões entre estas práticas humanas (SCHATZKI, 2005, 2006, 2012).

Em suma, a prática é um “pacote” de atividades que se organiza como um nexo de ações, consequentemente, a prática envolve um “bloco” integrado de duas dimensões: atividades e organização. Ao deslocar as ênfases para a questão da “abertura” (*open-ended*) e da evolução temporal (*temporally evolving*), Schatzki (2002) também esclarece que novas ações estão continuamente a perpetuar e estender as práticas espacialmente. Particularmente, em relação a dimensão da organização o autor pontua a questão das fronteiras da prática. Esses fazeres e dizeres que pertencem a uma determinada prática, se expressam como componentes da organização da prática, implicando, nesta delimitação de fronteiras, a sobreposição das práticas espaço e temporalmente. Nesse sentido, as práticas são consideradas fenômenos sociais por que

nessas, os participantes imergem em um extenso tecido de convivência que envolvem conjuntos de diferentes entidades, pessoas e contextos (SCHATZKI, 2001; 2002).

As dimensões das práticas estão baseadas em um conhecimento tácito, detido pelos indivíduos que não pode ser colocado em palavras, tampouco apreendido pelas formas tradicionais de conhecimento (COOK; BROWN, 1999; SCHATZKI, 2012). Isso vai de encontro às dicotomias e as divergentes perspectivas discutidas no item anterior, entre, racionalidade e intuição, sujeito-objeto, mente-corpo estabelecidas ao longo do pensamento filosófico moderno e traz a questão das práticas como algo que não separa o mental do corporal, a rotina da improvisação e a tradição da criatividade e inovação (SCHATZKI, 2012; STRATI, 2007).

Schatzki (2002) discute ainda que a ordem social é um arranjo de entidades – pessoas, artefatos, organismos e coisas que caracterizam a coexistência humana. E, nesse sentido, toda vida social é marcada por ordens e arranjos sociais que exibem significados, identidades e mutuais posicionamentos. As relações entre os componentes dos arranjos fazem parte de uma complexa e policromática dimensão da ordem social que ajudam a constituir a vida social.

O autor ainda descreve diferentes características das relações sociais que compõem estes arranjos, considerando os objetivos desse ensaio, a seguir explanaremos brevemente as relações espaciais.

Para Schatzki (2002) as entidades que compõem a ordem social assumem posições de espacialidades, não somente físicas, se caracterizando através de conceitos que conotam significados de proximidades, vizinhanças, amplitude, profundidade, lateralidade, entre, dentro e fora. A distribuição das atividades humanas no espaço físico se denomina por atividades situadas nas relações espaciais (*activity-place space*), sendo estas constituintes de ações. As atividades que assumem posições espaciais formam uma matriz de lugares e trajetórias onde estas atividades são pré-formadas. Como exemplo, o autor lembra que as casas, os edifícios, os complexos residenciais e de negócios, comunidades urbanas podem ser consideradas como uma matriz de atividades situadas nas relações espaciais (*activity-place relations*). As relações espaciais de entidades físicas devem ser pensadas como “objetos de uso” (*objects of use*) dessas atividades situadas nas relações espaciais (*activity-place spatial relations*) (SCHATZKI, 2002 p.43).

Nesse sentido, as práticas envolvem as suas diferentes dimensões, espaço e tempo, a partir da noção de “contexto”. Para fins desse estudo, enfatizamos, segundo Schatzki (2002), a conotação espacial atribuída à expressão “contexto”, enquanto lugar e localização (*spatial site*), o “onde” (*where*) as práticas acontecem e se organizam. Para o autor, um contexto pode ser

entendido como a conexão entre as atividades e os arranjos sociais e materiais que formam as práticas. O contexto é o lugar (*spatial site*) onde as regras, entendimentos e atividades permanecem entrelaçados e se localizam. Alguns aspectos do contexto são elencados por Schatzki (2002) conforme descrito a seguir.

Em um primeiro momento, o contexto tem uma amplitude e profundidade espacial, um espaço circundante (*surrounding space*) que deve ser levado em consideração. As práticas submergem (*immerses*), são capturadas e abarcadas nesse espaço mais amplo do contexto. Nessa perspectiva, evidenciamos juntamente com Schatzki (2002, 2015) a relevância do lugar e da localização (*spatial site*) de imersão da prática.

Em segundo lugar, os contextos têm um poder determinístico sobre as práticas que se localizam e submergem em seu espaço circundante. Nesse sentido, o contexto tem a capacidade de determinar ontologicamente por meio de estímulos os acontecimentos ou mesmo reprimi-los, bem como atribuir valor ou significado as entidades em seu bojo. Cada contexto é particular e seus componentes possuem uma variedade sem fim (SCHATZKI, 2002).

Por último, os contextos têm sua própria composição. Dessa forma, não podemos considera-los, como uma dimensão vaga, mas que carrega uma composição que muda de acordo com as entidades e fenômenos que neles submergem e se localizam. Dessa maneira, se considerarmos a abundância de entidades e fenômenos que se localizam e podem acontecer em um contexto, é possível considerar a composição dos contextos como uma variedade infinita (SCHATZKI, 2002).

Nesse sentido e a fim de pontuar a diversidade e infinidade de composições de contexto que podem existir, Schatzki (2002 p. 63) levanta o contraponto entre os conceitos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*). As texturas ocorrem quando os componentes são dos mesmos tipos das entidades contextualizadas. E a contextura se apresenta quando os componentes são tipologicamente diferentes do que está incorporado no contexto. Além disso, esta teia de textualidades é alternadamente uma textura ou uma contextura dependendo se as coisas ou as articulações de inteligibilidade são tidas (ou não) como entidades contextualizadas.

Considerando as pluralidades e particularidades do conceito de contexto, Schatzki (2002) enfatiza um tipo específico, denominado por ele de *site*. O *site*, segundo Schatzki (2002 p. 63), é onde (*where*) as coisas existem e os eventos acontecem. E a esse ponto, o autor acentua a conotação espacial da palavra “onde” (*where*). O *spatial site* é apenas um tipo de *site*. Um fenômeno pode assumir múltiplos *sites*, pois as práticas e os arranjos sócio e materiais são interconectados, formando malhas organizadas de redes prática-arranjos.

Em virtude dessa multiplicidade de *sites*, Schatzki (2002 p. 64) sugere que existem pelo menos três diferentes significados do *site* e ou do onde (*where*) as coisas acontecem. Primeiro o *site* é o lugar onde alguma coisa acontece: é o lugar no espaço (*location in space*). Por outro lado, este *site* não é somente um espaço físico onde as coisas ocorrem, mas também onde no curso de vida de uma pessoa este evento está localizado temporalmente.

Segundo, o *site* também pode assumir conotações a partir de um espectro mais particular até outro mais amplo, porém interconectado por meio de uma malha de redes prática-arranjo. O *spatial site* revela o lugar espacial particular da prática, seja ele uma localização física ou histórica, no tempo. Nesse sentido, o *site* também pode contemplar uma ampla cena (*wider scene*) onde as atividades ocorrem. Seria uma noção de localização, mas relacionada a uma rede temporal e histórica, onde a prática também acontece.

E, por fim, o *site* se refere a um local mais rarefeito (*rarefied*), onde alguma coisa estende e articula os fenômenos ou os domínios dos quais são, intrinsecamente, partes do que ocorre. Este tipo de *site* compartilha a conotação de “onde” (*where*) e da cena ampla (*wider scene*) descritos anteriormente. Este terceiro tipo de *site* é o considerado por Schatzki (2002) também como contexto. O autor defende a ideia de que para algo ocorrer em um determinado *site*, é necessário que essa prática seja como uma parte constituinte do *site* onde ela está.

Por fim, a ordem social é amplamente estabelecida em práticas. E as práticas estabelecem particulares redes de arranjos sociais e materiais. Esses arranjos são definidos como pacotes de entidades, significados e posições, cuja integridade deriva das organizações de práticas (SCAHTZKI, 2001; 2002; 2005; 2006).

A compreensão das ações organizativas pelas práticas de espaço constituintes do cotidiano também foi abordada por Michel de Certeau. O autor se interroga sobre os alicerces da atividade científica em Administração de Empresas ao se referir a distância e a clivagem entre o estudo das práticas efetivas cotidianas e os campos próprios elegidos para análise dessa disciplina. Certeau (2008) põe ênfase nas “maneiras de fazer”, os modos táticos de proceder da criatividade cotidiana que constituem as práticas, pelas quais os usuários constroem e se (re) apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2008).

Em Certeau (2008) as práticas são “maneiras de fazer”, esquemas de operações e manipulações técnicas contidas em um conjunto chamado por ele de procedimentos. O autor examina as práticas cotidianas que articulam as experiências relevando uma oposição entre “lugar” e “espaço” que remete, por sua vez, a duas determinações de relatos: i) uma por objetos, constitui-se numa “configuração instantânea de posições”. É uma “ordem”, onde estão dispostos elementos de forma própria e distinta. No lugar “imperava a lei do próprio”. É um “estar-

ai”, e indica “estabilidade”; ii) uma outra por “operações” atribuídas que especificam os espaços pelas ações de sujeitos históricos. Está ligado a uma velocidade, a um tempo, é um “cruzamento de móveis”, pois toma forma pelo conjunto de movimentos que nele se desenvolvem (CERTEAU, 2008, p. 184-185).

Assim, através do “cruzamento de móveis” (CERTEAU, 2008, p. 202) os lugares são convertidos em lugares praticados a partir das interferências provocadas pelos sujeitos. Em suma, entende-se o espaço como “um lugar praticado” (CERTEAU, 2008, p. 184) como a prática do lugar. Essas operações traduzem uma visibilidade social de fragmentos, da mesma maneira, que a enunciação traduz na palavra fragmentos de discurso. De acordo com os autores, a prática é decisiva para a identidade de um sujeito ou de um grupo, na medida em que lhes permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Certeau (2008) e Schatzki (2002, 2005, 2006, 2015) coadunam com a ideia de que a prática é responsável por forjar a vida cotidiana. Certeau (2008), entretanto, classifica as práticas quanto ao tipo de construção que podem elaborar, como estratégias e táticas. Dessa forma, as estratégias configuram as práticas que arquitetam uma ordenação. Essa organização é responsável pela manutenção e cumprimento das normas e regras que interagem com as práticas, a preservação dos arranjos materiais dentro da finalidade para a qual foram criados. Nesse sentido, as estratégias enquanto prática são realizadas com vias à manutenção de uma ordem sistemática a fim de preservar as estruturas do cotidiano de modo estável.

As táticas, por outro lado, se configuram em práticas que viabilizam um movimento para além das estabilidades. Assim, as táticas são maneiras de fazer que utilizam a inventividade e a criatividade com o objetivo de ultrapassar o sentido pré-estipulado do cotidiano. Dessa forma, as táticas burlam os arranjos materiais com os quais interagem, assim como os espaços conformados. A combinação estratégia-prática é a pedra angular da construção e organização dos espaços. A noção de tática necessariamente nos leva a ideia do informal, do contrário. As táticas e estratégias engendram um jogo onde não há ganhadores, mas sim construtores de uma rede de saberes e fazeres que organiza e torna possível a existência de uma entidade, assim como organiza as práticas espacialmente (CERTEAU, 2008).

Nesse sentido, Giard (2008) sugere concentrar a atenção nos minúsculos espaços de jogo que táticas silenciosas e sutis se insinuam. Para Certeau (2008) a tática é arte de manobrar, depende do tempo e joga com os acontecimentos para aproveitá-los e transformá-los em ocasiões, possibilitando que o fraco tire partido de forças que lhe são estranhas. As táticas formam um campo de operações no qual se produz também uma teoria, “um discurso em

histórias”. Para Giard (2008) a teoria do relato é inseparável de uma teoria das práticas, pois, o relato é a língua das operações. Nesse sentido, os relatos são animados por uma contradição dinâmica que se situa entre a fronteira e a ponte, isto é, entre um espaço (legítimo) e sua exterioridade (estranha), contradição esta compreendida a partir de uma malha de práticas pelas quais os sujeitos se apropriam dos espaços (CERTEAU, 2008).

Considera-se, portanto, que alguns caminhos de pensar as práticas cotidianas teriam que pressupor como ponto de partida que estas são do tipo tático, desembocando em uma politização das práticas (CERTEAU, 2008). Esses procedimentos contidos nestas maneiras de fazer esboçam as chamadas “práticas de espaço”, que são manipulações sobre uma ordem construída, desvios relativos do sentido literal criado, por exemplo, pelo sistema urbanístico (CERTEAU, 2008). As práticas de espaço são práticas de sujeitos que buscam propor lugares próprios de atuação, ordens e conjuntamente, outros, denunciando quem são ou não os sujeitos de querer e poder, e sob que circunstâncias em dado cotidiano. Elas apropriam lugares em vista de certos interesses e são, portanto, capazes de denunciar formas organizacionais.

Ainda em relação aos procedimentos das assim chamadas práticas de espaço, Certeau (2008) e Mayol (1996) discutem o conceito de “relação ampliada” a partir das circunvizinhanças entre os bairros da cidade e o espaço privado da moradia. Para os autores, o bairro expressa práticas espontâneas ao se resumir na soma das trajetórias inauguradas a partir do local de habitação, implicando em ações que reorganizam um espaço ampliado a medida dos investimentos dos sujeitos. O bairro surge como um lugar de passagens pelo outro, onde o limite público e privado enquanto estrutura fundadora se constitui como uma separação que une.

Nos bairros das cidades, enquanto domínios do ambiente social (MAYOL, 1996) estas relações ampliadas se manifestam pelas diferentes circunvizinhanças. O bairro é marcado pelo engajamento, pela arte de conviver com parceiros ligados pelo fato essencial da proximidade e da repetição, onde as relações manifestam-se nem completamente íntimas, nem completamente anônimas, tratando-se de relações políticas (MAYOL, 1996, p. 43). São relações que, em uma porção do espaço público geralmente anônima, o insinua de forma privada e particularizada pelo uso quase cotidiano. Tende-se a exercer assim no bairro, uma apropriação, onde então reúnem-se condições para favorecer o exercício de privatização do espaço público (MAYOL, 1996 p. 45).

Para Mayol (1996) a prática do bairro depende de uma tática que tem por lugar apenas o lugar do outro, já que o que o usuário ganha quando sabe “possuir” seu bairro, não é contabilizável em uma troca baseada em relações de força. Tem-se um costume que é a maneira de fazer quando além, o usuário verifica a “intensidade da sua inserção no ambiente social”

(MAYOL, 1996, p. 45). Nesse contexto, se dão as práticas organizadoras de espaços ampliados a partir das ações do usuário do bairro e no seu bairro, por relações práticas de circunvizinhanças.

Discussões e Considerações Finais

Este ensaio teve como objetivo debater acerca da questão ontoepistemológica do campo aberto (*open field*) de Cooper (1976), avançando na construção desse conhecimento ao articulá-la, às contribuições e proposições de Schatzki, (2002) e Certeau (2008) relacionadas a ideia das práticas organizadoras de espaços no cotidiano.

Neste item conclusivo, pretendemos articular, em termos de similaridades e possíveis convergências, alguns conceitos tratados por Cooper, Schatzki e Certeau, objetivando fundamentar a ideia dos processos do organizar das práticas de espaço, discutindo, por fim, as contribuições para os Estudos Organizacionais.

Este ensaio iniciou apresentando o contexto precursor, descrevendo brevemente os principais pontos do método weberiano da compreensão empática e suas relações com a análise da experiência vivida. A retomada do significado ‘esquecido’ da compreensão empática no arcabouço weberiano enfatiza que o tripé constituído pela experiência, o coletivo e o vivido pode ter apreciáveis consequências para a renovação metodológica. Nesse contexto, Maffesoli (1985) sugeriu uma “sociologia aberta” apta a integrar saberes especializados num conhecimento plural.

Esta renovação metodológica alcançou os Estudos Organizacionais ao ser amplamente discutida já no final dos anos 70 a partir dos trabalhos de diferentes autores, entre estes Robert Cooper, que propôs reposicionar ontológica e epistemologicamente a teoria da organização através do conceito de “campo aberto” (*open field*). Entre os vários pontos discutidos, o autor ressalta que as organizações devem ser vistas como parte da ordem "natural" do mundo social, processo este que é camuflado nas teorias organizacionais de cunho instrumental. Para Cooper e Fox (1990), as abordagens contextualistas desafiam este pretensão privilégio da organização como um recurso alienígena do mundo social: “*in fact, it is texture as 'connectedness in action' that is seen to be the very stuff and matter of the human organizing process and not some idealized abstraction of it*” (COOPER; FOX, 1990 p.578)

O presente ensaio ainda evidenciou que para Cooper e Fox (1990) um dos pontos principais do campo (*field*) é o modo de uso envolvendo os conceitos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*). O modo de uso é o que faz com que as ideias se movam entre fronteiras distintas, estando permeáveis aos objetos e dinâmicas existentes no cotidiano. O autor ao se

questionar como acontece a dinâmica desse uso, releva que a metodologia dessa prática está baseada em como nós nos organizamos em nossa vida diária (COOPER, 1976).

Nesses termos foi articulada uma discussão, envolvendo um amplo conjunto de diferentes conceitos, mas correlatos entre si, entre estes evidenciamos o conceito, segundo Schatzki (2001; 2002; 2012) das práticas como conjuntos abertos (*open sets*) de “ditos” (*sayings*) e “feitos” (*doings*), envolvendo um “bloco” integrado de duas dimensões: atividades e organização.

Particularmente, em relação a dimensão da organização o autor pontua a questão das fronteiras da prática e a questão da ordem social enquanto um arranjo de entidades – pessoas, artefatos, organismos e coisas que caracterizam a existência humana. Esses elementos que pertencem a uma determinada prática, se expressam como componentes da organização da prática, implicando, nesta delimitação de fronteiras, a sobreposição das práticas espaço e temporalmente (SCHATZKI, 2001). A questão das fronteiras que se expressa no processo do organizar das práticas também foi estudada por Cooper e Certeau, conforme articulado no decorrer desse ensaio.

Nesse sentido, um outro ponto que também foi discutido refere-se as diferentes características das relações espaciais que compõem estes arranjos de práticas. A questão do organizar das práticas de espaço foi discutida tanto segundo Schatzki (2002) como segundo Certeau (2008) e que encontraram ressonâncias em Cooper (1976) e Cooper e Fox (1990).

Entre essas ressonâncias e conforme citado anteriormente, também para Schatzki (2002) a distribuição das atividades humanas no espaço físico se denomina por atividades situadas nas relações espaciais (*activity-place space*), sendo estas constituintes de ações e também pensadas como objetos de uso (*objects of use*).

Schatzki (2002) discute longamente sobre o organizar das práticas, acentuando as suas diferentes dimensões, a partir da noção de “contexto”, enquanto lugar e localização (*spatial site*), o “onde” (*where*) as práticas acontecem e se organizam. Para o autor, um contexto pode ser entendido como a conexão entre as atividades e os arranjos sociais e materiais que formam as práticas. O contexto é o lugar (*spatial site*) onde as regras, entendimentos e atividades permanecem entrelaçados e se localizam. Nesse sentido, um fenômeno pode assumir múltiplos *sites*, pois as práticas e os arranjos sócio e materiais são interconectados, formando malhas organizadas de redes prática-arranjos.

A fim de pontuar a diversidade e infinidade de composições de contexto que podem existir, Schatzki (2002) também levanta o contraponto entre os conceitos de textura (*texture*) e contextura (*contexture*). Como vimos, este contraponto também foi abordado de forma similar

por Cooper e Fox (1990). Além disso, diversos aspectos relacionados as questões da “abertura” (*open-ended*), da evolução temporal (*temporally evolving*), das novas ações que estão continuamente a perpetuar e estender as práticas espacialmente, segundo Schatzki (2001, 2002) também se aproximam dos posicionamentos acerca do campo aberto (*open field*) e das discussões sobre textura e contextura de Cooper (1976) e Cooper e Fox (1990).

Em suma, conforme anteriormente discutido, para Cooper e Fox (1990), a ação organizada (*organizing action*) está focada no “texto da textura” (*the 'text' of texture*) e não em alguma meta pré-estabelecida. As organizações devem, portanto, serem vistas como ‘ambientes’ (*environments*) para a ação organizada que emergem continuamente dos campos sociais.

O segundo autor citado neste ensaio foi Michel de Certeau que também problematizou a compreensão das ações organizativas pelas práticas de espaço constituintes do cotidiano. O autor também se interroga sobre os alicerces da atividade científica em Administração de Empresas ao se referir a distância e a clivagem entre o estudo das práticas efetivas cotidianas e os campos próprios elegidos para análise dessa disciplina.

Certeau (2008) põe ênfase nas “maneiras de fazer”, os modos táticos de proceder da criatividade cotidiana que constituem as práticas, pelas quais os usuários constroem e se (re) apropriam do espaço organizado (CERTEAU, 2008). Esta discussão encontra convergência com a referência, segundo Schatzki (2002), acerca das atividades humanas distribuídas no espaço que constituem as ações, formando uma matriz de lugares e trajetórias. Também Certeau (2008) examina as práticas cotidianas que articulam as experiências relevando uma oposição entre “lugar” e “espaço”. Assim, através do “cruzamento de móveis” (CERTEAU, 2008) os lugares são convertidos em lugares praticados a partir das interferências provocadas pelas ações de sujeitos históricos.

A dimensão histórica do espaço onde no curso de vida de uma pessoa, os relatos e os eventos estão localizados temporalmente, foram discutidos pelos autores. E nesse sentido, Schatzki (2002) relata que o *site* pode contemplar uma ampla cena (*wider scene*) enquanto uma localização, não apenas física, mas uma rede temporal e histórica, onde a prática também acontece.

Cooper (1976), Certeau (2008), Schatzki (2002, 2005, 2006, 2015) e também Maffesoli (1985) coadunam com a ideia de que a prática é responsável por forjar a vida cotidiana. Certeau (2008), entretanto, classifica as práticas quanto ao tipo de construção que podem elaborar, como estratégias e táticas. Esses procedimentos contidos nestas maneiras de fazer esboçam as chamadas “práticas de espaço”, que são manipulações sobre uma ordem construída, desvios

relativos do sentido literal criado, por exemplo, pelo sistema urbanístico (CERTEAU, 2008). Schatzki (2002) também citou o sistema urbanístico como exemplo, ao lembrar que as casas, os edifícios, os complexos residenciais e de negócios, comunidades urbanas podem ser consideradas como uma matriz de atividades situadas nas relações espaciais (*activity-place relations*). Enfim, as práticas de espaço são práticas de sujeitos históricos que buscam propor lugares próprios de atuação, sendo, portanto, capazes de denunciar o organizar através de diferentes formas.

Retornando ao conceito de campo aberto (*open field*) e das práticas enquanto conjuntos abertos (*open sets*), Certeau (2008) e Mayol (1996) ao discutirem os procedimentos das práticas de espaço, enfatizaram a “relação ampliada” de circunvizinhanças entre os bairros da cidade e o espaço privado da moradia. Estas similaridades conceituais entre os autores se fundamentam em análogas bases assumidas acerca da natureza da realidade social e da sua construção (ontologia), assim como dos respectivos posicionamentos epistemológicos acerca da criação do conhecimento relacionado (CHIA, 1995; 1998; COOPER; BURREL, 1988).

Schatzki (2002) também fez referência a conotação da amplitude espacial do contexto, enquanto um espaço circundante (*surrounding space*) que deve ser levado em consideração na análise do organizar. As práticas submergem (*immerses*), são capturadas e abarcadas nesse espaço mais amplo do contexto. Nessa perspectiva, evidenciamos juntamente com Schatzki (2002, 2015) e Certeau (2012) a relevância do lugar e da localização (*spatial site*) de imersão da prática.

Concluimos este breve ensaio, pressupondo de que é possível aprofundar a articulação teórica destas diferentes, mas convergentes abordagens com o objetivo de ampliar a nossa compreensão dos processos do organizar das práticas espaciais no contexto dos Estudos Organizacionais. As práticas, estas maneiras de fazer, se configuram como a trama que sustenta a ideia do organizar das práticas de espaço enquanto processos abertos, capazes de unir as experiências e situações que constituem a polidimensionalidade do vivido (MAFFESOLI, 1985). Essas ligações entre fazeres e linguagem dá origem a conjuntos abertos de rede de práticas-arranjos, sobre a qual se estabelecem os fluxos e transformações no processo do organizar.

Referências

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities of practice: toward a unified view of work, learning and bureaucratization. **Organization Science**, v. 2, n. 1, p. 40-57, feb. 1991.

- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Heineman, London, 1979.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração (RAUSP)**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 361 p.
- CERTEAU, M de.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p.
- CHIA, R. C. H. From modern to postmodern organizational analysis. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, 1995.
- CHIA, R. C. H. **In the realm of organization**. Routledge: London, 1998.
- COOK, S. D. N.; BROWN, J. S. Bridging epistemologies: The generative dance between organizational knowledge and organizational knowing. **Organizational Science**, v. 10, n. 4, p. 381-400, july./aug. 1999.
- COOPER, R. The open field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 99-1017, 1976.
- COOPER, R.; BURREL, G. Modernism, Postmodernism and organizational analysis: Na introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.
- COOPER, R. Organization/Disorganization. **Social Science Information**, v. 25, n.2, 1986, p. 299-335.
- COOPER, R.; FOX, S. The 'texture' of organizing. **Journal of Management Studies** v. 27, n. 6, nov./1990, p. 575-582.
- DUARTE, M. De F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n; 76, p. 057-072, jan;/mar., 2016.
- GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 211-223, may. 2000.
- GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M de.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p.
- MARINS, S.; IPIRANGA, A. S. R. Práticas Espaciais Ampliadas: um estudo entre uma organização e suas circunvizinhanças. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2015.
- MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M de.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p.
- NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. Introduction: Toward a practice-based view of knowing and learning in organizations. In: NICOLINI, D; GHERARDI, S; YANOW, D. (Ed). **Knowing in Organizations: A Practice-Based Approach**. New York: M. E Sharpe, 2003, p. 3-31.
- ORLIKOWSKI, W. J. Using technology and constructing structures: A practice lens for studying technology in organizations. **Organization Science**, v. 11, n. 4, p. 404 – 428, july. /ago. 2000.

PEUKERT, H. Beyond the present state of affairs: *Bildung* and the search for orientation in rapidly transforming societies. **Journal of Philosophy of Education**, vol.36, n.3, p. 421-35, 2002.

RINGER, F. **A metodologia de Max Weber**: Unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, L. L. da S.; ALCADIPANI, R. Por uma epistemologia das práticas administrativas: A contribuição de Theodore Schatzki. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

SCHATZKI, T. R. Introduction. Practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 10-23.

SCHATZKI, T. R, **The site of the social**. A philosophical account of the constitution of social life and change. USA: The Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHATZKI, T. R The sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-484, mar. 2005.

SCHATZKI, T. R On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.

SCHATZKI, T. A primes on practices. In: HIGGS, J. et al. (Ed.) **Practice-based education: Perspectives and Strategies**. Rotterdam: Sense Publishers, 2012. p. 13-26.

SCHATZKI, T. R. Spaces of practices and of large social phenomena. **EspacesTemps.net**, p. 1-15 Disponível em: <<http://www.espacestemp.net/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena/>> Acesso em 30 Junho de 2016.

SCHELER, Max. **Visão Filosófica do Mundo**. Trad. Regina Winberg. São Paulo: Perspectiva, 1986.

SILVA, E. R. da.; TOLEDO, D. A. da. C. As contribuições de Robert Cooper para o debate sobre ontologia organizacional. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 116-134, jan. /mar., 2016.

STRATI, A. Sensible knowledge and practice-based learning. **Management Learning**, v. 38, n. 1, p. 61-77, mar. 2007.

WEBER, M. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. 3. Ed. Lisboa: Presença, 1979.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, vol. 1, 4.ed. 3ª reimp. São Paulo, SP: Editora da Universidade de Brasília, 2012.